



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais

Departamento de Serviço Social

Aluna: Maria Graziela de Souza

Orientadora: Professora Irene Rizzini

Relatório Anual do Projeto

Primeira Infância no Brasil Urbano. Análise das políticas públicas voltadas à promoção do direito ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos.

Rio de Janeiro
Julho de 2013

Sumário

<i>Apresentação</i>	3
<i>Introdução</i>	3
<i>Objetivos</i>	3
<i>Metodologia</i>	4
<i>Atividades Desenvolvidas</i>	5
<i>Considerações Preliminares</i>	13
<i>Referências Bibliográficas</i>	15

Apresentação

Este relatório tem por objetivo apresentar as análises preliminares resultantes das atividades realizadas como bolsista PIBIC no projeto “*Primeira infância no Brasil urbano. Análise das políticas públicas voltadas a promoção do direito ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos*”, sob a coordenação da professora Irene Rizzini, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Na primeira parte do relatório, apresento uma síntese do projeto e, em seguida, descrevo minha experiência como estagiária que vem participando do desenvolvimento do Projeto junto à equipe de pesquisa do CIESPI (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a PUC-Rio).

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê uma série de direitos para assegurar que todas as crianças brasileiras cresçam em contextos que possibilitem o seu desenvolvimento integral. No entanto, muitas crianças crescem em contextos que inibem o seu desenvolvimento e restringem suas possibilidades de realizar seu potencial como adultos.

Este projeto tem como foco o estudo das políticas públicas dirigidas a crianças nos primeiros seis anos de vida. A proposta é priorizar as crianças que nascem em condições de vulnerabilidade e a busca por melhores oportunidades para o seu desenvolvimento integral. Compreende-se por desenvolvimento integral aquele em que o ser humano desenvolve suas habilidades e potencialidades que traz desde o seu nascimento.

Uma das premissas do projeto é que os direitos estabelecidos pelo Estatuto, pelas políticas públicas e pelos planos ou programas não são implementados no cotidiano de vida das crianças de um modo geral, em parte, devido às restrições orçamentárias, a falta de conhecimento sobre a natureza do desafio, de boas estratégias de ação e de monitoramento das instituições encarregadas de implementar políticas e das dificuldades no contexto familiar.

O projeto prevê a construção de diversas ferramentas para subsidiar atores chave na priorização de diretrizes de políticas e ações voltadas para a primeira infância. E como campo de pesquisa, o projeto tem como foco a comunidade da Rocinha, com o objetivo de compreender as oportunidades e as dificuldades presentes no cotidiano de vida das crianças.

Objetivos

- ❖ Analisar os processos de construção e de implementação de políticas públicas, visando a efetivação dos direitos humanos de crianças de 0 a 6 anos no Brasil urbano, com base nos direitos já garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

- ❖ Proporcionar aos atores-chave ferramentas que lhes deem subsídios para a formulação e a implementação de diretrizes de políticas adequadas para criar e/ou aumentar as oportunidades de desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.

Objetivos específicos

- ❖ Sistematizar e analisar a literatura com foco sobre a primeira infância.;
- ❖ Identificar atores chave no universo de atenção e ação às crianças na primeira infância;

Metodologia

A pesquisa tem como foco os processos de construção e de implementação de políticas públicas, visando à efetivação dos direitos humanos de crianças de 0 a 6 anos no Brasil urbano, com base nos direitos já garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto engloba a compreensão do funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) com vistas à promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. O campo de pesquisa qualitativa será na Creche Tio Beto, localizada na região de Pedra de Guaratiba, no Rio de Janeiro.

Os procedimentos metodológicos seguirão as seguintes etapas:

- Levantamento e análise da bibliografia, construindo uma base de dados bibliográficos e de indicadores sobre a primeira infância no Brasil;
- Descrição e análise das políticas públicas, programas, ações e legislação em curso (em diversos âmbitos: social, saúde, cultura, cuidados básicos, educação infantil e pré-escolar, esporte e lazer) no âmbito do município do RJ;

Atividades desenvolvidas na experiência de estágio junto ao Projeto em curso coordenado pela professora Irene Rizzini

As atividades desenvolvidas na pesquisa vêm possibilitando um aprofundamento do meu conhecimento sobre a temática da primeira infância. A seguir explicitarei as atividades desenvolvidas durante a minha participação no projeto enquanto bolsista PIBIC e apresentarei alguns resumos do material que venho pesquisando

Atividades:

- a) Levantamento bibliográfico e resumos de leituras;**
- b) Pesquisa na mídia com foco sobre a primeira infância;**

- c) **Levantamento sobre programas e projetos voltados para a primeira infância;**
- d) **Tema de pesquisa da aluna: Avós e cuidado parental de crianças na primeira infância.**

Breve descrição do material produzido a partir das atividades de estágio:

a) Levantamento bibliográfico e resumos de leituras

- ❖ RIZZINI, Irene (org.), RIZZINI, Irma, NAIFF, Luciene e BAPTISTA, Rachel.

Acolhendo crianças e adolescentes. Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; UNICEF/Brasília-DF, 2006.

Existem muitos impasses para assegurar o direito da criança e do adolescente à convivência familiar, contudo sabemos que o Brasil é um país marcado pelas desigualdades, portanto a falta de recursos econômicos ou de condições mínimas de subsistências não pode justificar o afastamento de crianças e adolescentes do seio familiar.

A obra apresenta a reflexão sobre a importância da garantia dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase na garantia da convivência familiar e comunitária e como esta convivência pode ser parte integrante das políticas de assistência.

São ilustradas experiências de iniciativas governamentais e não governamentais que deram certo e visam manter as crianças em seu contexto familiar, pois ainda que estas estejam situação de vulnerabilidade, a ação tem por objetivo dar apoio às famílias, respondendo necessidades diversas.

- ❖ RIZINNI, Irene (org), SOUSA, Sônia M. Gomes. **Desenho de Família – criando os filhos: A família goianiense e os elos parentais.** Goiânia: Cânone Editorial, 200.

Com as mudanças no mundo do trabalho, as famílias foram se estruturando e reestruturando a medida das suas necessidades. Com isso, surgem novos atores na participação nos cuidados das crianças, todavia, os avós assumem novos papéis e sendo um destes o papel parental, se tornando corresponsáveis nos zelos econômico e afetivo dos netos.

Este livro é a primeira publicação da pesquisa Criando os Filhos: a família goianiense e os elos parentais, cuja maior preocupação é a compreensão dos diferentes processos de significação presentes na família goianiense que se concretizam nas novas formas de relação e elos familiares.

No conjunto estes artigos nos possibilitam compreender um pouco mais os múltiplos e complexos desenhos familiares presentes tanto nas famílias goianienses quanto nas famílias contemporâneas de uma forma geral.

Plano Nacional Pela Primeira infância (PNPI)- Brasília: Rede Nacional pela Primeira Infância, 2010.

Este documento tem cunho técnico e político. O principal foco é orientar as ações do governo e da sociedade em geral, na defesa e promoção dos direitos das crianças na faixa etária que compreende a primeira infância. São apresentados muitos dados, propostas e metas para os próximos doze anos, como se pode observar a seguir.

Texto (Retirado do Plano Nacional Pela Primeira Infância)	Titulo	Página
<p>No Brasil, há 20 milhões de crianças de até seis anos de idade, sendo 10,9 milhões do nascimento aos três anos e 9,1 milhões dos quatro aos seis anos. Dessas, tão somente 17,1% estão tendo oportunidade de acesso a algum tipo de atendimento educacional em creches (0 a 3 anos) e cerca de 77,6% na faixa de 4 a 6 anos (pré-escola) (8). Considerando que nos ambientes de miséria – que afeta a cerca de 15% da população brasileira – e de pobreza, que atinge a 27% de pessoas – a proporção de crianças pequenas é maior do que nos ambientes socioeconômicos mais aquinhoados, e que, inversamente, é naqueles ambientes que o atendimento é mais precário, que as crianças têm menos chance de frequentar uma creche e uma pré-escola, a exclusão no início da vida está causando uma sequencia de exclusões que vão se agravando e consolidando ao longo dela.</p>	<p>Análise da realidade</p>	<p>41</p>
<p>Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, até 2016, a 40% da população de até 3 anos de idade e 100% da população de 4 e 5 anos e, até o final deste Plano, em 2022, alcançar a meta de 70% das crianças do primeiro grupo, mantendo a universalização do atendimento obrigatório na faixa de 4 e 5 anos.</p>	<p>Análise da realidade/ Objetivos e metas</p>	<p>46</p>

Fazer um levantamento de espaços públicos disponíveis, governamentais e das comunidades, e prepará-los de acordo com os parâmetros de acessibilidade, para que sejam transformados em lugares do brincar das crianças de até seis anos, sendo estes espaços praças, parques cinemas, museus, entre outros. Aumentar gradualmente a oferta destes espaços de sorte que todas as crianças possam frequentá-los alternadamente.	Do direito de brincar/ Metas	73
---	---	-----------

O plano Nacional Pela Primeira Infância (PNPI) é um marco na história das iniciativas voltadas para a proteção e promoção dos direitos da criança nos seis primeiros anos de vida. Suas diretrizes e metas abarcam de maneira complexa todas as esferas que compreendem o desenvolvimento da criança nesta faixa etária, dando ênfase às problemáticas ocorridas neste período e quais os caminhos a seguir na busca pela efetivação dos direitos presentes nas normativas de maneira geral.

No que tange as propostas do PNPI cabe ressaltar que muitas destas trazem intrínsecos os “anseios” de uma sociedade que clama por mais atenção às crianças nos anos iniciais de sua vida. É possível pensar que os elaboradores do PNPI pretendam que os gestores percebam que tais propostas, apesar de parecerem “utópicas” quanto as reais possibilidades de implementação, trazem consigo a responsabilidade da conscientização de que o objetivo desde Plano é a excelência no atendimento. Algumas destas propostas se fazem necessárias para a formação integral de nossos pequenos brasileiros ainda que sejam pouco relevantes para a realidade do momento presente.

Observa-se que a primeira infância tem sido objeto de ações e políticas, mais ainda de forma insuficiente, que não abrange na dimensão que ela necessita diante da importância que ela tem, para as bases sólidas de uma sociedade.

O plano consegue trazer um olhar diferenciado para a criança e articula o ponto de vista de muitas entidades, o que garante diversos olhares sobre a primeira infância. A elaboração com ampla participação social torna o plano um instrumento de suma importância para refletir sobre a infância que temos e a infância que queremos.

Levantamento da obra de autores.

- CHIESA, Anna Maria - A experiência do I curso de especialização em promoção do desenvolvimento infantil: concepção, estrutura e alguns resultados. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2013. 224 p.

- ARAÚJO, Ulisses F; AUINO, Julio Groppa – Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal. São Paulo. Editora Moderna, 2001. 144 p.
- YOUNG, Mary Eming; RICHARDSON, Linda M – Desenvolvimento da primeira infância: da avaliação à ação. São Paulo. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010. 340

b) Pesquisa na mídia com foco sobre a primeira infância

Além das atividades ora mencionadas, também tenho como atribuição na pesquisa a realização da leitura e sistematização de matérias da mídia virtual, na qual são utilizados os jornais de grande circulação que trazem reportagens de respaldo a legitimação e a violação dos direitos da criança e do adolescente, estes jornais são: O Dia, Jornal do Brasil, IG e outras fontes relacionadas à primeira infância, como: a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), devido a sua grande inserção na divulgação de notícias sobre crianças e adolescentes brasileiros. A partir da leitura destes materiais foi elaborada uma tabela

Notícias de violação dos Direitos da Criança

Data	Notícia	Jornal	Tema da Notícia	Conteúdo	End. Do Site
20/04/2013	Escola em Bangu clama por segurança.	Jornal O Dia	Segurança Pública	Professores, alunos e funcionários são vítimas de ataques até no interior da unidade. PM só patrulha praça próxima.	odia.ig.com.br/noticia/rio/2013-05-14/escola-em-bangu-clama-por-seguranca.html
18/05/2013	RJ: Em relatório, juíza diz que crianças levavam choque em abrigo da Prefeitura.	Jornal O Dia	Maus tratos em abrigo	Sete adolescentes recebem choques elétricos em abrigo da prefeitura do Rio de Janeiro constantemente.	www.jb.com.br/rio/noticias/2013/05/16/rj-em-relatorio-juiza-diz-que-criancas-levavam-choque-em-abrigo-da-prefeitura/
14/06/2013	Crianças e adolescentes vítimas dos adultos.	Jornal do Brasil	Acesso aos Direitos	O Conanda estabelece que o Rio de Janeiro em razão de sua densidade demográfica deveria ter 45 Conselhos	www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2013/06/03/criancas-e-

				Tutelares para zelar pelos direitos das crianças.	adolescentes-vitimas-dos-adultos/
10/06/2013	CNDH da OAB defende tipificação de crime para trabalho infantil.	Jornal do Brasil	Combate ao trabalho infantil	O presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Wadih Damous, defende que o trabalho infantil no país deveria ser tipificado como crime e não como mera infração administrativa.	www.jb.com.br/pais/noticias/2013/06/03/cndh-da-oab-defende-tipificacao-de-crime-para-trabalho-infantil/
06/06/2013	Cativeiro imposto pela mãe.	O Dia	Negligência/ Genitora	Para passar dias com namorada, mulher deixa menino de 7 anos trancado em casa sozinho.	odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-06-06/cativeiro-imposto-pela-mae.html
04/07/2013	Funcionárias de escola são indiciadas por tortura no Rio Grande do Sul.	O Dia / RS	Tortura/ Escola	Porto Alegre - Duas funcionárias de uma escola pública do município de Monte Alegre dos Campos (RS) foram indiciadas pela prática de tortura contra crianças.	odia.ig.com.br/noticia/brasil/2013-07-04/funcionarias-de-escola-sao-indiciadas-por-tortura-no-rio-grande-do-sul.html

Notícia de Legitimação dos Direitos da Criança

Data	Notícia	Jornal	Tema da Notícia	Conteúdo	End. Do Site
18/04/2013	Prefeitura de Itapivi-SP inaugura 5º creche noturna.	Portal da Prefeitura de Itapevi - SP	Creche noturna	É inaugurada a 5º creche noturna dentro de um mês em Itapevi – SP.	www.itapevinoticias.jor.br/index.php/educacaolink/2617-prefeitura-de-itapevi-inaugura-5o-creche-noturna-em-pouco-mais-de-um-mes
24/05/2013	Paraíba do Sul: Merenda escola é comprada de	O Dia	Merenda escolar	Escola do município Paraíba do Sul se preocupa com a	odia.ig.com.br/portal/rio/o-dia-no-

	produtores locais.			alimentação na merenda de forma balanceada e de qualidade.	estado/paraibado-sul-merenda-escola-é-comprada-de-produtores-locais-1.573848
10/05/2013	Alunos do 1º ao 3º ano do ensino básico farão Avaliação da Alfabetização.	Portal do site Terra	Alfabetização	Crianças do 1º ao 3º ano do ensino básico em escolas públicas farão a Avaliação Nacional da Alfabetização.	Terra (link:terra.com.brhttp://www.terra.com.br/portal/)
10/06/2013	Rio terá quatro escolas públicas bilíngues até 2014.	Portal do site Terra	Educação	A rede estadual do Rio de Janeiro terá quatro escolas bilíngues até fevereiro do ano que vem.	terra.com.brhttp://www.terra.com.br/portal/)
11/06/2013	Unicef divulga avanços na promoção dos direitos da infância em São Paulo e no Rio de Janeiro.	Portal do Unicef	Direitos Humanos	A avaliação do primeiro ciclo da Plataforma dos Centros Urbanos, realizada pelo Unicef, aponta que São Paulo e Rio de Janeiro avançaram na garantia dos direitos da infância.	www.viablog.org.br/unicef-divulga-avancos-na-promocao-dos-direitos-da-infancia-em-sao-paulo-e-no-rio-de-janeiro/
24/06/2013	Os filhos não fogem à luta: protestam desde criancinha.	Portal do Unicef	Manifestação Infantil	Cerca de 300 pessoas fizeram manifestação à moda infantil no Aterro. Ato foi reproduzido com brasileirinhos em vários estados.	odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-06-24/os-filhos-nao-fogem-a-luta-protestam-desde-criancinha.html

c) Levantamento sobre programas e projetos voltados para a primeira infância.

A pesquisa tem como produto a construção de uma série de ferramentas. Estas têm como objetivo auxiliar os gestores públicos e outros atores chave a aperfeiçoarem as práticas existentes e/ou a serem criadas, de maneira a favorecerem o desenvolvimento integral das crianças em seus primeiros anos de vida. Para a elaboração de uma das ferramentas da pesquisa, que tem como um de seus objetivos, sinalizar quais são os direitos garantidos pela legislação brasileira para as crianças de 0-6 anos, foi necessário a realização de um levantamento sobre os programas e projetos voltados para a primeira infância. Seguem abaixo as descrições dos programas encontrados:

Programa Brasileiro – Um programa da ONG Rio voluntário. Atua reformando creches, capacitando gestores, educadores, apoiando as famílias das crianças, que têm entre 0 e 4 anos de idade. Hoje, a missão do RIOVOLUNTÁRIO é contribuir para o desenvolvimento social sustentável fortalecendo as organizações sociais por meio da qualificação de recursos voluntários tangíveis e intangíveis. A missão da instituição é ser um centro de excelência na qualificação de recursos voluntários tangíveis e intangíveis para o fortalecimento de organizações sociais.

Disponível em: http://www.programabrasileirinho.org/?page_id=2. Acesso em: 13/07/2013.

Programa Rede cegonha – Este é um programa do governo federal que tem por objetivo dar atendimento integral a gestantes e bebês. A Rede Cegonha é uma estratégia do Ministério da Saúde, operacionalizada pelo SUS, fundamentada nos princípios da humanização e assistência, onde mulheres, recém-nascidos e crianças têm seus direitos garantidos nos atendimentos da Rede Cegonha.

Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br>. Acesso em: 13/07/2013.

Programa Primeira Infância Melhor (PIM) - Integra a política de governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação da Secretaria da Saúde e apoio das Secretarias da Educação, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social. Desenvolvido desde 2003, tornou-se Lei Estadual n.º12.544 em 03 de julho de 2006. É um programa institucional de ação socioeducativa voltado às famílias com crianças de zero até seis anos e gestantes, que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

Disponível em: http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/php/pagina-QuemSomos.php. Acesso em: 13/07/2013.

Núcleo de Estudo e Pesquisa Sobre a Infância e Educação Infantil (NEPIEI) – Criado no ano 2000, a partir de uma iniciativa conjunta de professores e funcionários da UFMG, o Nepei - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância e Educação Infantil - se articulou, inicialmente, em torno de questões relacionadas à ênfase em educação infantil oferecida pelo curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFMG. Ao longo de sua história, vem ampliando sua atuação, por meio de projetos de ensino, extensão e pesquisa, enfatizando a produção de conhecimentos relacionados às políticas públicas, às práticas educativas, à infância e às famílias das crianças de zero a seis anos de idade.

Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/nepei/pagina.php?page=quemsomos>. Acessado em: 13/07/2013

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) - O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF está presente no Brasil desde 1950, liderando e apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no

País, como as grandes campanhas de imunização e aleitamento, a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o movimento pelo acesso universal à educação, os programas de combate ao trabalho infantil, as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no Semi-árido brasileiro.

Disponível em: <http://www.unicef.org.br/>. Acessado em 13/07/2013.

Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBÊ) - é uma associação multiprofissional criada com o objetivo de trabalhar em favor do desenvolvimento de condições propícias para a vida do bebê, da concepção até os três primeiros anos de vida. A ABEBÊ se propõe atuar elaborando, promovendo e apoiando estratégias e ações inovadoras, comprometidas com o atendimento às necessidades da criança, visando sua aplicação prática em larga escala.

Disponível em: <http://www.abebe.org.br/>. Acessado em 13/07/2013.

AVANTE - Educação e Mobilização Social nascem do sonho de um grupo de profissionais, liderados por Ana Luiza Buratto e Maria Thereza Marcílio. Um sonho de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, calcada na multiplicidade do diálogo, na diversidade e na valorização do coletivo, fruto de um movimento nacional que começou a rever e revisitar a educação como algo de responsabilidade de todos e não apenas dos profissionais da área. Focada em concepções que se sustentam a partir da Constituição Cidadã (1988); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a instituição foi fundada em 1991 com personalidade jurídica de Sociedade Civil sem fins lucrativos.

Disponível em: <http://www.avante.org.br/historico/>. Acessado em 13/07/2013.

Acompanhamento do grupo virtual de discussões da Rede Nacional pela

Primeira Infância (RNPI)

Em paralelo a estas atividades realizo consultas diárias a Rede Nacional pela Primeira Infância. A RNPI é composta por um grupo de 118 organizações governamentais e não governamentais que se dedicam a questões ligadas à primeira infância. Este contato tem se tornado um diferencial, pois permite que eu desenvolva um olhar crítico acerca da importância de uma atenção diferenciada para a criança em seus anos iniciais de vida. E há também possibilidade de interlocução com diversos segmentos que trabalham sob a perspectiva de priorizar a criança nos primeiros anos de vida. Além disso, os integrantes da rede compartilham eventos, notícias, editais, Leis, projetos de leis, artigos e reportagens. Todo este material tem por objetivo fomentar um amplo debate a cerca da temática que é de interesse comum a todos os componentes da RNPI. Todos tem a possibilidade de compartilhar fracassos e sucessos em suas atividades no que tange a garantia do direito das crianças de 0 a 6 anos. Este processo

possibilita uma maior abrangência sobre as dificuldades e as possibilidades encontradas durante este processo.

Minha atividade consiste ainda em acompanhar os assuntos tratados pela RNPI e subsidiar a equipe de pesquisa, destacando as informações mais importantes, tais como, contatos, artigos importantes e notícias que possam interessar a equipe.

A Rede Nacional pela Primeira Infância é um espaço que as organizações emergem assuntos direcionados para a garantia dos direitos das crianças, como também é um espaço de denúncia e repúdio das violações destes direitos. Os assuntos abrangem os campos da educação, saúde, lazer, segurança e tudo que está relacionado ao desenvolvimento pleno da criança na primeira infância.

Um dos temas em discussão e reflexão na RNPI que é levantado diversas vezes e de grande relevância é a criação da creche noturna. Uma discussão voltada para a observação oportuna das mães que trabalham e querem estudar ou trabalhar no período da noite e não tem com quem ou onde deixar seus filhos de forma segura e confiável.

Um número crescente de municípios está criando a creche noturna. Alguns sistemas de ensino, por decisão do poder executivo local; outros, por determinação legal (lei aprovada pela Câmara dos Vereadores). O tema está no Congresso Nacional e já foi motivo de debates. Surgiu no Relatório do PL 8.035, sobre o PNE, no final de 2012. O CNE já se pronunciou contrariamente. Avoluma-se o discurso de que é uma medida necessária para proteger o direito à maternidade da mulher que estuda ou trabalha à noite. Ela recebe, assim, o ar de grande importância social. Forma-se uma bola de neve, que ganha volume e velocidade. Tende a crescer e ficar tão veloz que, em breve, será impossível detê-la. Mas ainda há tempo, desde que se identifique e siga uma estratégia adequada, desenhada a partir do conhecimento das razões por que a creche noturna está sendo defendida, determinada por lei e implantada. A estratégia terá que abranger a área da educação, da assistência social, da saúde e da segurança.

No final do ano de 2012, o Relatório do Dep. Vanhoni inseriu no Projeto do PNE, como estratégia (de nº 17), o funcionamento das creches à noite para atender os filhos das mulheres estudantes e trabalhadoras do turno noturno.

d) Tema de pesquisa da aluna: Avós e cuidado parental de crianças na primeira infância.

Meu projeto tem como foco pesquisar uma importante questão social: os avós exercendo função parental no cuidado dos/das netos/as. Minha pesquisa será voltada para o perfil socioeconômico, arranjos familiares e aspectos dos cuidados no cotidiano de crianças de dois a quatro anos de idade, as quais têm os avós como responsáveis ou corresponsáveis pelo cuidado destas crianças. A pesquisa será realizada na instituição Cruzada do Menor Creche Tio Beto, localizada no bairro da zona oeste do Rio, Pedra de Guaratiba.

Objetivo Geral:

Pesquisar o perfil socioeconômico, os arranjos familiares e alguns aspectos referentes a questões econômicas e cuidados afetivos no cotidiano das crianças, contrastando famílias que têm os avós como responsáveis ou corresponsáveis pelo cuidado destas crianças e famílias que não têm os avós neste papel.

Objetivos Específicos:

- Identificar as crianças que têm avós como responsáveis (avós que assumem integralmente as responsabilidades parentais) ou corresponsáveis (avós que assumem parte das responsabilidades parentais no dia a dia), que frequentam a creche (no presente são 11 crianças);
- Identificar os arranjos familiares das famílias atendidas pela creche tio Beto e os impactos ocorridos nas vidas dos avós devido a responsabilização pelos cuidados dos netos/as;
- Selecionar, de uma forma aleatória, outras 11 crianças que não tenham avós como responsáveis ou corresponsáveis pelo cuidado das crianças;
- Contrastar perfis socioeconômicos, arranjos familiares e alguns aspectos dos cuidados afetivos e econômicos no cotidiano das crianças entre famílias que têm e as que não têm os avós como responsáveis ou corresponsáveis pelo cuidado das crianças.

Procedimentos metodológicos:

1 - Selecionar amostra

- Identificar as crianças e famílias que comporão o estudo – 11 crianças da creche Tio Beto que tem avós que assumem total ou parcialmente a responsabilidade parental de seus netos.
- Selecionar aleatoriamente as 11 crianças que não tem avós que assumem total ou parcialmente a responsabilidade parental de seus netos.

2 – Realizar pesquisas de documentos

- Identificar as fichas de cadastramento das 22 crianças para levantar dados socioeconômicos e arranjos familiares.

3- Realizar entrevistas com os responsáveis pelos cuidados das crianças dos casos selecionados, 11 por avós e 11 por outros cuidadores.

As entrevistas seguirão um roteiro semi estruturado e serão gravadas, contendo as seguintes informações:

- Dados do perfil sócio- econômico;
- Arranjos familiares;

- Aspectos dos cuidados afetivos e econômicos no cotidiano das crianças.

4- Análises de dados

- - Transcrição das entrevistas e sistematização de todos os dados;
- - Análise das três variáveis selecionadas, contrastando os dois tipos de família/cuidado parental.

Produtos

- Relatório de pesquisa e monografia.
- Redigir relatório de pesquisa com os resultados do estudo e conclusões.

Referências Bibliográficas

RIZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel - Acolhendo crianças e adolescentes - experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil – Editora Cortez, São Paulo, 2007, 151p.

SOUZA, Sônia M. e RIZZINI, Irene (orgs.) – Desenhos de família: a família goianiense e os elos parentais, Cànone editorial, Goiânia- GO, 2001, 270p.

RIZINI, Irene; CALDEIA, Paula; RIBEIRO, Rosa; CARVANO, Luiz Marcelo- Crianças e adolescentes com direitos violados: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. PUC-Rio: CIESPI, 2010, 85p.

YOUNG, Mary Eming (org) – Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano, Fundação Cecília Souto Vidigal, São Paulo, SP, 2010, 431p.

MOREIRA, Maria Ignez Costa – Novos rumos para o trabalho com famílias, Câmara Brasileira de Livros, São Paulo, 2013, 40p

SARTI, Cynthia A. O jovem na família: o outro necessário In Vannuchi, Paulo e Novaes, Regina (org.), Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: 2004. p. 115-29.

-